



CCG Participações S.A.

CNPJ nº 32.691.468/0001-66

→* continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Saldos em reais

1.1 Principais saldos individuais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:			
	2021	2020	
Centro Clínico Gaúcho Ltda.			
Ativo	225.921.299,04	234.282.104,40	
Ativo Circulante	146.315.751,70	161.133.117,41	
Ativo Não Circulante	14.178.229,12	73.148.986,99	
Ativo Imobilizado	65.427.318,22	57.891.186,19	
Passivo	253.251.099,34	211.862.150,32	
Passivo Circulante	116.607.885,90	79.831.299,84	
Passivo Não Circulante	21.723.247,04	69.530.838,16	
Patrimônio Líquido	114.919.966,40	62.500.012,32	
Lucro do Exercício	(27.329.800,30)	22.419.954,08	
Quantidade de Quotas	63.859.600	46.859.600	
Lucro por Quota	(0,43)	0,48	
CCG Participações S.A.			
Ativo	151.963.794,97	179.092.722,17	
Ativo Circulante	6.138.517,29	38.001.594,31	
Ativo Não Circulante	28.380.174,02	28.573.288,69	
Ativo Permanente	117.445.103,66	112.517.839,17	
Passivo	204.614.761,28	155.195.413,75	
Passivo Circulante	29.550.930,29	103.841,18	
Passivo Não Circulante	–	–	
Patrimônio Líquido	175.063.830,99	155.091.572,57	
Lucro do exercício	(52.650.966,31)	23.897.308,42	
Quantidade de Ações	7.697.268.220	7.697.268.220	
Lucro por Cota	(0,0068)	0,0031	
Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.			
Ativo	869.938,53	874.996,03	
Ativo Circulante	498.679,53	474.332,24	
Ativo Não Circulante	22.440,85	6.500,00	
Ativo Imobilizado	348.818,15	394.163,79	
Passivo	835.542,82	976.580,80	
Passivo Circulante	586.052,31	625.505,52	
Passivo Não Circulante	–	–	
Patrimônio Líquido	249.490,51	351.075,28	
(Prejuízo)/Lucro do exercício	34.395,71	(101.584,77)	
Quantidade de Quotas	130.700	130.700	
Prejuízo/Lucro por Quota	0,26	(0,78)	
Hospital CCG Saúde Ltda.			
Ativo	134.849.586,97	98.221.100,53	
Ativo Circulante	9.773.299,81	57.001.860,19	
Ativo Não Circulante	8.958.273,08	7.557.576,77	
Ativo Imobilizado	116.118.014,08	33.661.663,57	
Passivo	158.429.482,41	97.946.858,67	
Passivo Circulante	124.575.443,58	19.922.311,81	
Passivo Não Circulante	9.179.444,31	69.174.194,20	
Patrimônio Líquido	24.674.594,52	8.850.352,66	
Lucro do exercício	(23.579.895,44)	274.241,86	
Quantidade de Quotas	26.096.84	10.546.94	
Lucro por Cota	(0,90)	0,03	
Laboratório Marques D'Almeida Ltda.			
Ativo	18.153.745,06	20.842.021,33	
Ativo Circulante	4.396.135,97	6.938.120,32	
Ativo Não Circulante	97.126,46	123.645,23	
Ativo Imobilizado	13.660.482,63	13.780.255,78	
Passivo	19.660.473,98	18.209.987,86	
Passivo Circulante	1.834.151,86	2.963.433,67	
Passivo Não Circulante	56.546,26	108.811,80	
Patrimônio Líquido	17.769.775,86	15.137.742,39	
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.506.728,92)	2.632.033,47	
Quantidade de Quotas	14.869.400	14.869.400,00	
Lucro (Prejuízo) por Quota	(0,10)	0,18	
Centro Clínico Canoas Ltda.			
Ativo	1.226.693,29	1.382.510,05	
Ativo Circulante	1.699,06	4.061,89	
Ativo Não Circulante	207.023,67	330.876,76	
Ativo Imobilizado	1.017.970,56	1.047.571,40	
Passivo	1.163.808,61	1.019.550,53	
Passivo Circulante	246.704,21	345.456,08	
Passivo Não Circulante	444.735,43	571.789,18	
Patrimônio Líquido	472.368,97	102.305,27	
Lucro do exercício	62.884,68	362.959,52	
Quantidade de Quotas	301.000	301.000,00	
Lucro por Quota	0,21	1,21	
União de Clínicas Rio Grande Ltda.			
Ativo	8.004.652,45	6.350.450,30	
Ativo Circulante	3.532.247,49	1.852.388,37	
Ativo Não Circulante	2.875.337,67	2.817.185,70	
Ativo Imobilizado	1.597.067,29	1.680.876,23	
Passivo	7.786.162,65	4.647.296,01	
Passivo Circulante	3.976.561,96	4.177.687,78	
Passivo Não Circulante	2.158.920,15	3.014.224,98	
Patrimônio Líquido	1.650.680,54	(2.544.616,75)	
Lucro do exercício	218.489,80	1.703.154,29	
Quantidade de Quotas	2.935.943	443.800	
Lucro por Quota	0,0744	3,8377	

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto. As principais políticas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na Nota 2.3.15. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído e reavaliação do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para a venda e outros ativos e passivos financeiros (incluindo a PEONA no CCG, conforme mencionado na Nota 14) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo CCG no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.2. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo CCG. Não foram efetuados arredondamentos para fins de apresentação. **2.3 Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo CCG estão descritas a seguir: **2.3.1 Apuração do Resultado:** **a) Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. Considera-se as contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço preestabelecido passaram a serem apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato e a parcela das contraprestações correspondente aos dias do período de cobertura, referentes ao mês subsequente, está contabilizada na rubrica "Provisão para Prêmios e Contraprestações Não Ganhadas - PPCNG", no passivo circulante. **b) Custo (CCG):** Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor. **c) Custo (demais empresas consolidadas):** Nas demais empresas o custo é reconhecido no momento do atendimento ao cliente. **d) Rateio de Custos Próprios:** Os custos realizados na rede assistencial própria, que opera no mesmo CNPJ, são apurados segundo critério de rateio próprio verificável. O critério de rateio é baseado nos atendimentos prestados nas unidades próprias, estes atendimentos são valorizados pelo coeficiente de honorário

da tabela da Associação Médica Brasileira ("AMB"), então o total do custo registrado em conta transitória é rateado proporcionalmente pela valorização dos Coeficientes de Honorários ("CH"). **2.3.2 Estimativas Contábeis, Premissas e Julgamentos Contábeis Críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela administração do Grupo CCG, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: **• Provisão para contingências (nota explicativa nº 21).** **• Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota explicativa nº 14).** **2.3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança no valor. (vide nota explicativa nº 4). **2.3.4 Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão reconhecidas pelo seu valor justo em contrapartida do resultado (vide nota explicativa nº 5). **2.3.5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde (CCG):** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Os créditos se referem ao plano com preços preestabelecidos, tendo como contrapartida a conta de Provisão para prêmios e Contraprestações Não Ganhadas, no Passivo Circulante (vide nota explicativa nº 14) e, posteriormente, para a conta de Contraprestações Efetivas de Operações de Planos de Assistência à Saúde, conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada (vide nota explicativa nº 6). A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para os planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais (vide nota explicativa nº 6). **2.3.6 Créditos de operações e assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora (CCG):** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias. **2.3.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada (vide nota explicativa nº 12). **2.3.8 Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. **2.3.9 Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares e fundo de comércio. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo (conforme nota explicativa nº 13). O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (fundo de comércio) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (CCG):** São calculadas com base em metodologia própria (conforme estabelecida pela RN ANS nº 209/09 e alterações), excetuando-se a provisão de Eventos a Liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora, conforme estabelecido pela ANS (vide nota explicativa nº 14). **2.3.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo CCG tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. (vide nota explicativa nº 19). **2.3.13 Tributos e encargos sociais a recolher:** As obrigações de imposto de renda, contribuição social e demais tributos e contribuições são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (vide nota explicativa nº 16). A provisão para imposto de renda em 2021 em todas as empresas do Grupo CCG, são constituídas à alíquota de 15% sobre o lucro real e, atingindo os limites previstos na legislação acrescenta o adicional de 10%. A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado. **2.3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais a) Ativos contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, jurisprudência pacificada ou transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **b) Passivos contingentes:** Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (cíveis e trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados; **c) Contingências tributárias e obrigações legais:** São registradas de acordo com o prognóstico da assessoria jurídica (Nota explicativa nº 21). **2.3.15 Consolidação:** A Companhia consolidada todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota 2. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: **• Definição de material:** alterações ao IAS 1/CPC 26; **• Apresentação das Demonstrações Contábeis** e IAS 8/CPC 23 **• Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**; **• Definição**

de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"; **• Reforma da IBOR:** alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros"; **• Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;** **• Benefícios Relacionados à Covid-19** Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos". A ANS divulgou ofício circular 01/2017 determinando que as operadoras de saúde devam continuar aplicando as normas vigentes anteriormente e que aguardem manifestação sobre aplicação das novas normas, portanto elas ainda não foram adotadas. **• CPC 06 (R2) - "Operações de arrendamento mercantil"** - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Operadora não possui contratos de arrendamento mercantil e/ou aluguel, que possam trazer impactos relevantes nas suas movimentações. **• ICPC 22 - "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro"** - a interpretação trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração estabelecidos no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A operadora deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. A Operadora aderiu à norma a partir do início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019. No entanto, com base no entendimento da Administração, não há impacto material na contabilização decorrente de posições incertas relativas a tributos sobre o lucro em razão da adoção deste novo pronunciamento contábil.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Controladora 2021	Controladora 2020	
Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado	5.121.644,57	37.140.946,59	
Ativos Financeiros:	5.121.644,57	37.140.946,59	
Aplicações Financeiras	–	–	
Consolidado	5.121.644,57	37.140.946,59	
	2021	2020	
Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por Meio do Resultado	93.215.835,48	170.665.191,47	Custo Amortizado
Ativos Financeiros:	93.215.835,48	30.763.764,07	170.665.191,47
Caixa e equivalentes de Caixa	–	3.491.055,41	–
Aplicações Financeiras	93.215.835,48	–	170.665.191,47
Créd. de Op. com Plan. Assist. à Saúde	–	–	27.059.212,15
Passivos Financeiros:	–	27.272.708,66	–
Provisões de eventos a Liquidar	–	35.658.689,33	–
Fornecedores de Bens e Serviços	–	15.200.135,19	–
Obrigações com Pessoal	–	10.545.635,44	–
Empréstimos e Financiamentos a Pag.	–	190.648.963,17	–
3.1 Gerenciamento de Riscos: Os principais riscos decorrentes das atividades do Grupo CCG são os riscos de crédito, de mercado (relacionado a taxa de juros), de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. O programa de gestão de risco do Grupo CCG concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos do seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada conjuntamente pela administração e pelo departamento financeiro do Grupo CCG. O departamento financeiro identifica, avalia e protege as empresas do Grupo CCG contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.			

3.1.1 Risco de Crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O Grupo CCG considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A razão de não possuir histórico de expressivas perdas se dá pela diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, além de procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo CCG tem como política operar apenas com instituições de primeira linha. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **3.1.2 Risco da Taxa de Juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. **3.1.3 Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro do Grupo CCG. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo CCG para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo CCG não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa mantido, quando existente, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos e financiamentos	24.741.703,67	73.184.849,69	33.743.029,35	–
Obrigações arrendamento financeiro	665.908,64	1.072.814,33	–	–
Fornecedores e outras obrigações	11.872.855,50	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos e financiamentos	177.687.751,37	5.066.673,51	5.718.216,13	1.008.173,84
Obrigações arrendamento financeiro	525.7			